

Programa de escola padrão é reduzido

Das 3 mil unidades previstas no cronograma até 1993, só 1.613 foram criadas

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

O governo do Estado não cumpriu o cronograma estabelecido para as escolas padrão. Em dois anos, o programa chegou apenas na metade do caminho. Além disso, existem contrastes expressivos na rede considerada modelo. Enquanto estabelecimentos ostentam a marca da mudança nas paredes impecáveis e as taxas decrescentes de evasão e repetência, outros foram padronizados só no nome.

Até 1993, pelo menos três mil unidades deveriam ter-se tornado padrão pela previsão inicial do governador Luiz Antônio Fleury Filho. Só 1.613, com cerca de 400 mil alunos, ganharam esta condição. A lista divulgada neste ano pela Secretaria de Educação de mudança de estabeleci-

mentos de ensino para escolas padrão abrangeu 256 unidades, menos de 10% do total previsto.

O secretário de Educação, Carlos Estevam Martins, não admite atraso na programação. Ele acredita que a escola padrão está cumprindo seus objetivos pedagógicos e espera ampliar a rede. Para equipar as 1.613 escolas foram gastos US\$ 3 milhões — valores de hoje — entre 92 e 93.

Educadores, pais e alunos divergem quanto aos resultados do programa. O tom da crítica fica por conta da unidade de referência de cada um. Na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (EEPSG) Deputado Augusto do Amaral, no Bairro do Jaguaré, Zona

Oeste, por exemplo, não há espaços para laboratório e biblioteca. As crianças comem em pé por falta de refeitório. Este mês, a escola não recebeu sequer papel sulfite para as atividades pedagógicas dos cerca de 1.200 alunos. Também faltam funcionários em postos chaves.

Em compensação, a Escola Estadual de Primeiro Grau (EEPG) José



EEPSG Augusto do Amaral: sem biblioteca ou laboratórios

do Padro Silveira, em Santo André, foi inteiramente reformada. Em um ano, ganhou laboratório, biblioteca, refeitório, microcomputador, impressora, vídeo e tevê.

“Os critérios que tornam as escolas padrão são confusos”, queixa-se a coordenadora-geral do Movimento pela Escola Pública (MEP), Vilma Zaraguetta Pastrello. “Não dá para

entender se o peso é maior para a infra-estrutura ou para a questão pedagógica.” Um fato, no entanto, é incontestável. As unidades que mais deram certo foram aquelas adotadas pela comunidade.

“As mudanças foram possíveis a partir do envolvimento da comunidade”, diz a presidente do Movimento Pró-Educação, Elisa Carvalho. A

diretora da EEPG Adolfo Tripoli, Judite Peres de Souza, referenda a posição. “O êxito depende da capacidade de liderança do diretor”, afirma. Judite diz contar com o apoio da comunidade da Vila Sônia, Zona Sul, por permitir participação nos rumos da escola. Existe até uma sala para o plantão dos pais. A taxa de promoção de alunos subiu de 54%, em 92, para 75% em 93, afirma.

Sem a colaboração dos pais, a EEPSP Camilo Pedutti, de Santo André, não teria vídeo, televisão ou xerox até hoje. “O governo só mandou a antena da TV”, graceja o vice-diretor Teodoro Souza de Oliveira. Ele queixa-se da reforma prometida para o prédio e da falta de recursos, que inviabilizaram a execução de projetos pedagógicos. “As cotas da caixa de custeio sofreram atrasos, inviabilizando parte do trabalho”. O mesmo aconteceu na EEPSP Alfredo Bresser, em Pinheiros, Zona Oeste.

A vice-presidente do sindicato dos professores (Apeoesp), Eneide Moreira Lima, acha que a escola padrão fragmentou a rede. “Foi criada uma microrrede dentro da macrorrede, cada vez mais precária e com flagrantes injustiças”, analisa.

■ Continua na pág. 31